

Projeto: Entre a Casa, as Ruas e as Instituições: crianças e adolescentes em situação de rua e as instituições de acolhimento no estado do Rio de Janeiro

Levantamento da Produção Acadêmica sobre Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (2000-2019)

Coordenação: Irene Rizzini (PUC-RIO/CIESPI - Apoio: FAPERJ/CNE)

Ficha

1) Referência – COSTA, Nina Rosa do Amaral; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Acolhimento Familiar: uma alternativa de proteção para crianças e adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 111-118, 2009.

2) Resumo e Palavras-Chave – O acolhimento de crianças e adolescentes que vivenciam violação de direitos tem sido discutido no âmbito do desenvolvimento de políticas públicas e no meio acadêmico. Tais discussões visam elaborar diretrizes que garantam o direito à convivência familiar e comunitária e evidenciam um campo em reordenamento. Este artigo contextualiza o acolhimento familiar no cenário nacional, considerando-o como uma medida de proteção possível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Discute-se também o reflexo de algumas perspectivas teóricas que abordam as relações de vínculo afetivo em situações de acolhimento. Argumenta-se que ao fomentar uma nova cultura de acolhimento são necessárias mudanças nas concepções de infância e juventude, nas significações de vinculação afetiva e nas políticas de assistência à infância e juventude.

Palavras-Chave: acolhimento familiar; adolescente; criança; família; medidas de proteção.

3) Objetivo do estudo – Este artigo contextualiza o acolhimento familiar no cenário nacional, considerando-o como uma medida de proteção possível para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.

4) Tipo de pesquisa – Pesquisa bibliográfica.

5) Período da pesquisa – Não identificado.

6) Forma de coleta de dados – Não identificado.

7) Forma de análise dos dados produzidos/referencial teórico – Este artigo tem o objetivo de contextualizar o acolhimento familiar no âmbito das discussões e normativas nacionais sobre o assunto e de propor reflexão sobre o mesmo, como medida de proteção às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Para tanto, foram destacados três pontos em sua discussão: (a) o acolhimento familiar no cenário nacional; (b) o acolhimento familiar como alternativa de proteção e (c) o reflexo de algumas perspectivas teóricas que norteiam compreensões sobre vinculação afetiva em situações de acolhimento.

8) Resultados/dados produzidos – Ao refletir sobre o acolhimento familiar como mais uma alternativa de proteção e acolhimento para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e violação de direitos, necessariamente discutimos mudanças de concepções de infância e juventude, do papel da família, das perspectivas sobre construção de vinculação afetiva e desenvolvimento infantil. Entendemos que ao fomentar uma nova cultura de acolhimento, necessária num momento de desinstitucionalização e reordenamento das políticas de proteção social, isso comporta outras significações de família, vinculação, maternidade e paternidade. Vale refletir que convivemos na atualidade com diversos arranjos familiares. Observam-se, no campo das relações familiares famílias monoparentais, nucleares, recompostas, ampliadas, famílias formadas por casais homossexuais, coexistindo em uma mesma sociedade e tempo histórico. Essas transformações sociais têm uma relação dialógica com a ressignificação e produção de novos sentidos de maternidade e paternidade, como também de acolhimento de crianças e adolescentes na família, sem serem necessariamente filhos biológicos. Assim, mudar uma cultura de acolhimento que tem raízes históricas na institucionalização de crianças e criar novas medidas de proteção (dentre elas, o acolhimento familiar) não é um processo rápido. É inegável que existem tensões entre a adoção de um novo discurso social (que promove acolhimento familiar e alternativas de permanência da criança e adolescente em sua família de origem) e práticas culturais antigas de internação, marcadas pelo estigma de que as famílias cujas crianças e adolescentes precisam de acolhimento são incompetentes e, por isso, precisam ser afastadas da convivência (RIZZINI, RIZZINI, NAIFF, BAPTISTA, 2007).

9) Recomendações – Entretanto, vivemos no Brasil o momento de repensar essas práticas, para que o direito das crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária não fique apenas no papel, como uma carta de intenções. Dessa forma, uma nova cultura de acolhimento deve considerar, elaborar e implementar um leque de opções de acolhimento (acolhimento familiar, pequenos abrigos com atendimento de qualidade, casas-lares, repúblicas, famílias adotivas) que possam ser utilizadas, a depender dos diversos fatores que envolvem a criança ou adolescente em foco, como o contexto social, a problemática familiar, a idade, suas condições de saúde, a presença ou não de irmãos, etc. Parece ser necessário romper com a dicotomia instaurada entre formas de acolhimento, em que se busca a defesa de uma como melhor, única e mais adequada, em detrimento de outras. O momento é de assumir que para trabalhar com uma realidade complexa precisamos de diversas formas de acolhimento, desde que todas sejam desempenhadas com qualidade e compromisso, o que envolve qualidade de ambientes, de pessoal, de capacitação inicial e em serviço, de conhecimentos técnicos, etc. Nesse momento de mudança, é desafiante investigar as transformações nas práticas de acolhimento à infância e juventude, questões que merecem a nossa atenção, no sentido de auxiliar o trabalho daqueles que vêm atuando no campo. Concordamos com Souza (1994) quando ele afirmava que em resposta a uma ética da exclusão, a sociedade brasileira e cada cidadão em específico estão desafiados a praticar uma ética da solidariedade, que exigirá novos paradigmas de compreensão dos nossos problemas sociais e soluções plurais e criativas.

10) Observações e destaques –

Ficha construída a partir de trechos extraídos do texto original.